

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**ALMEIDA, Luís Manuel Rocha Ferrand de** (Coimbra, 1922 – Coimbra, 2006)

Estudou em Coimbra, onde seu pai Doutor Ferrand Pimentel de Almeida foi professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade. Licenciado em Direito (1946) e em Ciências Histórico-Filosóficas curso que terminou em 1949, defendendo a dissertação de licenciatura em 1957. Desde cedo se dedicou ao estudo dos séculos XVII e XVIII. E logo a partir de 1955 ao Sul do Brasil: nos primeiros escritos sobre o assunto analisou os testemunhos da eventual passagem de Vespúcio pelo Rio da Prata e a informação de Francisco Ribeiro sobre a Colónia do Sacramento (c. 1704). Que se tornará o eixo da sua pesquisa, embora sem qualquer exclusividade. O livro *América la bien llamada* (1947-1948), do argentino Roberto Levillier é passado a pente fino, para desmontar o sentido contrário à prioridade portuguesa na descoberta da costa Sul do Brasil conforme a intenção desse autor. São 45 páginas de argumentação cerrada, com finura e com muita elegância, ficando feita a demonstração da má vontade do autor para com todos os autores portugueses, querendo provar que a Vespúcio se deve a descoberta da costa brasileira na expedição de 1501-1502, até aos 52 ou 53º Sul, bem na costa da Patagónia! Quando provavelmente não foi além dos 26º. E sequer atingiu o Rio da Prata... Não tinha LFA o gosto (ou não se sentiria com ânimo) de polemista. Criticava, com serenidade, mas sempre com delicadeza, evitando palavras ou expressões contundentes. O outro artigo seminal de 1955 procura ao longo de 63 páginas dar um panorama em torno da fundação e dos primeiros anos (até 1704) da Colónia do Sacramento no Rio da Prata. Seria este o principal dos temas a que a rigorosa erudição de LFA se iria dedicar durante cerca de 50 anos. Tema a que voltou uma e outra vez, sempre aperfeiçoando o seu conhecimento da terra e da sua ocupação e das dificuldades que no seu entorno se ergueram. Que só terminaram com a desistência portuguesa de 1777.

Fixado em Lisboa e aproveitando os tempos livres de uma ocupação burocrática não muito exigente na direcção de uma Caixa de Previdência Social, LFA dedicou-se à pesquisa nos arquivos da capital (1950-1955). Sendo contemplado com uma bolsa para preparar a sua dissertação de licenciatura durante os anos de 1948 a 1957, foi reunindo uma imensidade de informação, oriunda da Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional e sobretudo do Arquivo Histórico Ultramarino. Tendo sido o melhor aluno do Curso de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Lisboa, recebeu como prémio uma bolsa que lhe permitiu uma estadia de três meses no Rio de Janeiro, no Verão de 1953. Em especial aí trabalhou na Biblioteca Nacional



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

e na Biblioteca do Itamaraty, recordando com gratidão a passagem pela mapoteca desta instituição, onde conheceu Jaime Cortesão, então ainda exilado. Só uma outra vez, e fugazmente, voltou ao Brasil, em 1959, para o 4º Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros realizado em Salvador da Bahia. Também por esses anos cinquenta investigou em Espanha, no Archivo General de Simancas e na Biblioteca Nacional de Madrid, assim como em Paris, na Bibliothèque Nationale e nos Archives du Ministère des Affaires Étrangères e dos Archives Nationales, acervos a que voltaria ao preparar a dissertação de doutoramento. Da recolha e tratamento de imensa documentação e exaustiva bibliografia consultada resultou o trabalho exemplar que lhe serviu de dissertação de licenciatura *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil 1493-1700*. Como logo foi visto, não se tratava de um trabalho inaugural de principiante, mas de um historiador de grande maturidade, merecendo de imediato ser publicado pela Faculdade de Letras como suplemento ao tom. VI da *Revista Portuguesa de História* (1957). Nessa dissertação o autor procura encadear os conhecimentos sobre as negociações que conduziram ao Tratado de Tordesilhas (com a definição do meridiano) e enquadrar nessa restrição diplomática o território brasileiro, cujos limites a Sul não podiam ser cientificamente definidos, pelo que incursões de conhecimento a partir sobretudo de São Paulo (as bandeiras) se enquadram nesse propósito. A realeza portuguesa procurava alargar o espaço brasileiro até ao Prata, enquanto a realeza castelhana se esforçava por impedir essa expansão. A instalação da Colónia do Sacramento, em 1680 vai precisamente nesse sentido de avanço para o Prata. Abrindo uma questão que se prolongará. Estava aberta a via para o contrabando, não só da prata peruana como de couros, e fazendas que do Brasil eram ilegalmente passadas para a população portenha. Era uma imposição da geografia, da história e da vontade dos habitantes. Lição de erudição de LFA, porém não erudição miúda e complicativa. Apura o que lhe parece indispensável, apresenta a sua solução – se é caso disso – e segue em frente, sem repisar nem procurar convencer o leitor com argumentos confirmativos da boa razão já exposta.

Na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ingressou LFA como segundo assistente (1957-1963 e 1969-1972). Anos em que regeu várias cadeiras: História de Portugal I e II, História Geral da Civilização, História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa e História da Geografia. Sobretudo nos últimos anos dedicou-se à História do Brasil enquanto assegurava as aulas práticas de Teoria da História. Sobrecarga lectiva que lhe terá atrasado a preparação do doutoramento.

Apesar dessa como que dispersão, a história diplomática seria o eixo em torno do qual se articularam os interesses de LFA como investigador, em especial no século XVIII, período da sua preferência. Mas dotado de uma disciplina académica muito severa – exigindo de si mesmo uma revisão exaustiva dos materiais disponíveis quando algum assunto entendia tratar – a sua produção ficou aquém de projectos e promessas. Embora não se possa considerar pequena (seis dezenas de livros e artigos) e sobretudo, para além de uma escrita límpida e sem artifício, nenhuma dessas publicações deixam de ser recheadas de notas eruditas de enorme valia e muitas vezes com documentação pertinente. Não são notas com desenvolvimento do escrito



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

no texto principal, mas a indicação de fontes e bibliografia, apresentadas com extremo cuidado e rigor. Como os seus estudantes bem sabiam, indicação dele nunca vinha errada e referia sempre a melhor edição. E raros seriam os casos de livros ou publicações que desconhecesse. Sendo por extremo generoso em fornecer ajuda aos colegas e alunos carecidos de apoio, ou simplesmente necessitados de uma indicação bibliográfica para desbloquear impasses. Salvador Dias Arnaut, bem humorado, divertia-se anunciando que tinha um livro que Ferrand não conhecia.

Outro dos temas que o atraíam na história diplomática tinha a ver com a Polónia. Dada a sua condição de católico firme (embora discreto) a resistência da Polónia católica romana ao domínio comunista acicatava-lhe a curiosidade pelo passado desse país longínquo, que ao longo dos tempos – embora com intermitências – manteve algumas relações com Portugal. Daí, pode supor-se, a escrita de seis artigos com essa matéria. Dentro dos aspectos diplomáticos, naturalmente. Quatro outros artigos são dedicados a D. Luís da Cunha (cuja obra conhecia a fundo e estudava desde 1948) tendo anunciado aos amigos que tencionava publicar uma selecção das *Memórias da Paz de Utrecht* do diplomata. Como igualmente quis preparar uma edição do *Testamento Político*, cujas edições considerava más, tendo sobre isso escrito mais que uma vez.

Por essa preocupação de querer ver tudo, querer consultar todas as obras e em todos os casos verificar o que já escrevera, o seu doutoramento – como já acontecera com a licenciatura – foi sendo adiado. LFA andou às voltas com a continuação de *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil 1493-1700* desde 1957 até 1973. Para afinal se ver forçado a desistir dessa continuação prometida – e desejada – para se confinar apenas a *A Colónia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*. Tendo mesmo deixado de lado as negociações e relações diplomáticas para se debruçar sobre os aspectos económicos e sociais. Deu-nos com isso uma obra excelente, com uma perspectiva ampla, como dizia querer – que muito explica do passado do Sul do Brasil, mas também o do Uruguay e da Argentina. Porque LFA, se bem que tivesse a sua preferência pela história diplomática, buscava a compreensão e a explicação dos assuntos estudados sem se limitar a um ou outro dos aspectos. E nunca abandonava a preocupação pelo económico e pelo cultural.

Inicia esta dissertação uma revisão muito cuidada da sucessão de Espanha e das questões por ela postas quando Carlos II testa os seus reinos e senhorios em benefício do seu parente o Duque de Anjou, neto de Luís XIV. Abria-se uma questão geopolítica de consequências imprevisíveis com a íntima ligação da Espanha e da França – contra se aliam os Países Baixos, a Inglaterra e o império alemão. Constituem-se as alianças e apresta-se o conflito militar. A Colónia do Sacramento nos últimos anos do século tinha tido um crescimento notável, com a política de povoamento e com o contrabando da prata peruana. O comércio do couros atingia volumes muito grandes, e tudo isto punha em perigo o domínio espanhol exercido no estuário do Prata a partir de Buenos Aires. À declaração de guerra logo a Colónia é ocupada e destruída, retirando-se a guarnição. Era a segunda destruição da Nova Colónia. Acabava um período de prosperidade.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

As grandes questões da política internacional relacionadas com a Nova Colónia reservava-as para o segundo volume de *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*. No entanto, o seu sentido da realidade e o conhecimento que tinha de si mesmo e do seu trabalho levava-o a avisar “se algum dia viermos a escrevê-lo”... Mas ficaram textos vários preparados para a imprensa, entre os quais um importante documento da autoria de Sebastião da Veiga Cabral sobre a Colónia do Sacramento cujo original se encontra na Biblioteca da Ajuda e que LFA aprontou para publicação. Trata-se da *Representação estudiosa e útil para as Majestades, grandeza, e vassallos de Portugal (1702)* de que saíra já no Urugway uma edição a partir de uma cópia muito defeituosa da Biblioteca Nacional de Portugal, que lhe mereceu uma cerrada crítica.

Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1981-1992), pertenceu à Academia Portuguesa da História, foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e do Instituto Histórico e Geográfico do Urugway. Foi membro da Academia de Marinha e de The Polish Institute of Arts and Sciences in América. A sua modéstia, se não timidez, afastavam-no de uma qualquer forma de aceitação do reconhecimento de superioridade tributada pelos seus pares. Pelo que mesmo quanto a publicações era preciso saber apanhá-las – faltava sempre confirmar qualquer coisa.

Só tardiamente e depois de muito instado, acedeu em reunir alguns dos seus trabalhos num volume. Coube-lhe a escolha, o que significa que naturalmente seleccionou os que mais satisfação lhe davam. Figurando assim como um como que auto-retrato dos seus interesses como historiador. É a história das técnicas e aspectos da história da agricultura, o Testamento Político de D. Luís da Cunha, a aclimação de plantas do Oriente no Brasil dos séculos XVII e XVIII, a Colónia do Sacramento e a formação do Sul do Brasil, D. João V e o absolutismo e a biblioteca do rei que são oferecidos nas *Páginas dispersas*, a que juntou o subtítulo de *Estudos de História Moderna de Portugal*. Ocorreu isto em 1995, para marcar a jubilação alcançada em 1992. Aí se podem averiguar as preocupações, a problemática, a construção historiográfica e a erudição sempre discretamente presente do autor. Luís Ferrand de Almeida era um investigador muito escrupuloso, dominando as fontes e a bibliografia de uma forma incomum. Construindo os seus escritos à mão, numa linda letra, que dava a dactilografar, pois nem máquina de escrever, nem computador usava.

História das técnicas, com “Inovações técnicas no tempo de D. João V: o engenho do Pinhal do Rei”. Artigo saído em 1962, assinalando o tempo de “invenção e de progresso” do século XVIII. Como ensina, havia que ter em conta “o ambiente cultural do século, com o mecanicismo cartesiano, o prestígio da física de Newton, a reabilitação das artes mecânicas, a importância crescente do ideal utilitarista e prático.” (p. 2) Nesse ambiente e sob a protecção de D. João V, instala-se no Pinhal de Leiria um moinho de vento para a serração de madeiras. Vêm montá-lo, em 1723, arquitectos ou engenheiros e artífices holandeses. Preparava-se a sua administração – com os seus funcionários – a fim de pôr o engenho a trabalhar dando



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

bom rendimento. O que implicava outras questões, como a do transporte das madeiras, que em especial se destinariam à construção naval. Acompanham este artigo um conjunto de desenvolvidas notas eruditas que permitem esclarecer muitas das questões que um artigo pioneiro levantava. Outro artigo da mesma colectânea sobre história das técnicas tem como pretexto a presença de um construtor naval francês em Portugal entre 1710 e 1715. Porque a marinha necessitava de apetrechamento e renovação de vasos de guerra, foi necessário mandar vir de França um tal Chabert, que se ocupará em Lisboa da construção de naus. Com relativo êxito profissional, mas azar pessoal.

Para bem aquilatar dos métodos de trabalho rigorosos de LFA há que ler o artigo que dedica a “A autenticidade do “Testamento Político” de D. Luís de Cunha.” Nele se vê a minúcia com que analisa o papel do embaixador, comparando com outros escritos da sua mão, o que lhe permite uma apreciação desde logo favorável, sobretudo por referências constantes do texto que a outros não se conseguiria atribuir.

Mesmo a indicação de Sebastião José de Carvalho e Melo para Secretario de Estado resulta de apreciações favoráveis à sua pessoa e à acção diplomática que D. Luís da Cunha expendeu em outros lados. Concluindo embora pela sua autenticidade, com deficiente publicação e pelo facto de o texto ter ficado inconcluso.

Muito interessante e informativo é o artigo sobre “Aclimação de plantas do oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII”, embora menos prospectivo quanto a novidades metodológicas. Trata-se, aliás de um assunto a que voltaria, sempre procurando a “utilidade” das transferências botânicas entre o Oriente e as Américas, utilidade económica e eventualmente afectando os fluxos comerciais, pela substituição dos espaços da procura de produtos exóticos.

Mais inesperada é a atenção dada aos “Motins populares no tempo de D. João V”. Sendo este rei uma das personagens favoritas de LFA, mostra como no circunscrito ambiente português as emoções populares também não faltaram, Segundo mecanismos de agitação conhecida em outras paragens, nomeadamente estudados pela historiografia francesa, usando dos escassos elementos económicos de que se dispõe para o período, apesar de tudo o autor consegue mostrar como se desencadearam e depois se aquietaram os motins urbanos e rurais de 1709, 1710, 1721 e 1723. Não muitos, como seria de esperar, em período de conjuntura não especialmente perturbada.

De grande destaque entre as suas pesquisas se revela o artigo “Sobre a introdução e a difusão do milho mais em Portugal”. Assunto que prendeu a atenção de muitos historiadores (v. g. Vitorino Magalhães Godinho, Frédéric Mauro e António de Oliveira) e geógrafos (Orlando Ribeiro), a botânicos e outros especialistas, não deixou LFA de dar um excelente contributo sobre a matéria. A “revolução do mais” é tema apaixonante, que recebeu aqui mais uma contribuição para melhor datar a difusão do milho de maçaroca consoante as regiões do País e não se dar como geral uma expansão que teria sido mais lenta do que muitos têm defendido. E mais tardia, datando já dos séculos XVIII e XIX a sua generalização, sobretudo importante no Norte.





# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

LFA debruça-se também, com grande finura na sua interpretação política e administrativa, sobre o absolutismo régio, sobretudo pelo modo como ele foi vivido e praticado por D. João V. Conceção e prática paternalista, bem mais pragmática do que subordinada a um paradigma teórico, ou a qualquer direito e doutrina jurídica que se queira ler ao invés do tempo. Nem sequer ao polissinodismo de alguns concede qualquer validade, pois os conselhos eram sobremaneira consultivos. Embora haja que matizar um pouco o que se passa quanto ao Conselho Ultramarino. Isto em tempos em que nem se reuniam as cortes, nem se consultavam quaisquer entidades públicas para as medidas a tomar pelo poder. Embora houvesse um dificilmente entendível exercício do poder central nos anos finais do reinado, com o rei, o cardeal da Mota, o padre Carbone e Alexandre de Gusmão presentes e agentes ao tempo que os Secretários de Estado (criados em 1736) ainda não teriam bem assentes os seus poderes.

Não podia faltar um artigo sobre a Colónia do Sacramento nestas páginas avulsas: neste caso o autor aproveitou a sua colaboração em *Portugal no Mundo*, dirigido por Luís de Albuquerque. Páginas que se querem representativas de uma vida académica que não foi apenas de investigação. LFA também foi exemplar na preparação das lições e na indicação de elementos de trabalho para os estudantes.

Sempre procurando fornecer quantos dados disponíveis havia para consulta e trabalho. E os estudos sobre a Nova Colónia naturalmente que se destacam. Com a qualidade de sempre, embora se vão aperfeiçoando, à medida que as pesquisas avançam, que o conhecimento documental e bibliográfico se desenvolve. E a admiração de Argentinos e Uruguaios se radica. Em 2006 a homenagem prestada em Montevideu teve lugar no próprio edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros e na presença do titular da pasta. Foi o reconhecimento que não apenas o Brasil o tinha como um notável investigador mas também um mestre que lhes dava bons fundamentos históricos para uma política regional platense.

Ainda até 2003 continuou a produzir, sendo de destacar que não se apagou o seu interesse pela história diplomática, de que em 2001 haveria de apresentar um artigo como sempre bem documentado sobre a representação oficial portuguesa em Viena nos finais do século XVII, quando a guerra da Sucessão de Espanha já se poderia adivinhar. Ou pelo menos dever considerar um perigo próximo. LFA foi um notável e exemplar investigador cuja actividade se estendeu de 1947 a 2003, sem qualquer concessão a facilidades; desapareceu discretamente, como vivera. A sua excelente biblioteca de trabalho bem como os seus papéis foram legados à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra onde se encontram.

**Bibliografia activa:** “Vespúcio e o descobrimento do Rio da Prata”, in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras, tom. XI, vol. I, 1955; “Informação de Francisco Ribeiro sobre a colónia do Sacramento”, Coimbra, Sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXII, 1955; *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil. Vol I (1493-1700)*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1957, “Memórias e outros escritos de D. Luís da Cunha”, Coimbra, Sep. do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, ano VII, nº 25-26, 1961; “O Príncipe João Casimiro da Polónia e

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

os antecedentes da Restauração de Portugal (1638-1640) ”, Coimbra, Sep. de *O Instituto*, 1963; “Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII”, Coimbra, Sep. da *Revista Portuguesa de História*, tom. XV, 1976; “Origens da Colónia do Sacramento. O Regimento de D. Manuel Lobo (1678) ”, Coimbra, Sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIX, 1982; *A Colónia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1973; “Problemas do comércio luso-espanhol nos meados do século XVIII. Um parecer de Sebastião José de Carvalho e Melo sobre um projecto de tratado de comércio com a Espanha”, Lisboa, Sep. de *Revista de História Económica e Social*, nº 8, 1982; “Motins populares no tempo de D. João V. Breves notas e alguns documentos”, Coimbra, Sep. da *Revista de História das Ideias*, vol. VI, 1984; *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990; *Páginas dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995; “Portugal, a Áustria e os Turcos nos fins do século XVII”, in *Fragmentos de um Dialogo. Estudos Portugueses sobre Temas Austríacos*. Coord. de Idalina Aguiar de Melo. Coimbra, 1996; “Sobre a introdução e difusão do milho mais em Portugal”, in *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000;

“Febre amarela em Lisboa: a epidemia de 1723”, Coimbra, Sep. da *Revista Portuguesa de História*, tom. XXXV, 2001-2002.

**Bibliografia passiva:** *Homenagem a Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira*, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras, vols. 36/1 e 36/2, 2002-2003; *Portugal en la región platina. Homenaje a Luís Ferrand de Almeida*. Montevideo, Embajada de Portugal en Montevideo, 2007.

Joaquim Romero Magalhães



APOIOS:

